

PRÁTICAS DE INCLUSÃO COMO INOVAÇÃO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

INCLUSION PRACTICES AS SOCIAL INNOVATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF SANTA CATARINA

GREICE PEREIRA DA SILVA

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
greice.pereira@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7857-2998>

GISELE MAZON

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
gisamazon@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5044-2729>

CINTIA BEATRIZ DA SILVEIRA AMARAL

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
cintia.bsa@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-7819-4519>

BEATRIZ MAIER SILVA

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
beatrizmaier@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-0487-7031>

R E S U M O

O objetivo desse artigo é analisar as práticas de inclusão como ações de inovação social no Instituto Federal de Santa Catarina. Esta pesquisa, caracterizada como um estudo de caso com abordagem qualitativa, coletou os dados através de pesquisa documental e entrevistas com os coordenadores, bolsista e alunos e pais ou responsáveis de alunos de três projetos de extensão dos campi do IFSC da grande Florianópolis. Os três projetos pesquisados apresentam características de Inovação Social, destacando-se novas ideias, necessidade social, empoderamento, bem-estar, transformação social e inclusão. Além de apresentar as características mencionadas, os resultados das entrevistas apontam para um crescimento pessoal dos bolsistas e servidores participantes do projeto, constatado por meio da empatia, da aprendizagem. Constatou-se, ainda, nos alunos dos projetos, a autonomia, o relacionamento interpessoal, fortalecimento de laços de solidariedade e colaboração nas relações sociais, qualidade de vida, que proporcionaram a inclusão digital, o desejo e a retomada dos estudos.

P A L A V R A S - C H A V E

Inovação Social. Extensão. Inclusão Social.

A B S T R A C T

The aim of this article is to analyze inclusion practices as social innovation actions at the Federal Institute of Santa Catarina. This research, characterized as a case study with a qualitative approach, collected data through documentary research and interviews with coordinators, scholarship holders and students and parents or guardians of students from three extension projects on the IFSC campuses in greater Florianópolis. The three researched projects present characteristics of Social Innovation, highlighting new ideas, social need, empowerment, well-being, social transformation and inclusion. In addition to presenting the aforementioned characteristics, the results of the interviews point to a personal growth of the scholarship holders and civil servants participating in the project, verified through empathy and learning. It was also verified, in the students of the projects, the autonomy, the interpersonal relationship, strengthening of bonds of solidarity and collaboration in the social relations, quality of life, which provided the digital inclusion, the desire and the resumption of the studies.

K E Y W O R D S

Social Innovation. Extension. Social inclusion.

INTRODUÇÃO

O problema central deste estudo é a necessidade de explorar como as práticas de inclusão social podem ser caracterizadas como ações de inovação social no contexto do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A inovação social, conforme Silva et al. (2020), é entendida como um processo voltado para atender necessidades humanas ainda não supridas pelo mercado, desempenhando um papel fundamental na promoção da inclusão social e no empoderamento de atores sociais por meio de sua participação comunitária. Diante de desafios contemporâneos como desigualdades sociais e questões ambientais, as políticas e estruturas tradicionais se mostram insuficientes, reforçando a relevância de alternativas inovadoras que possam garantir um futuro mais equitativo e sustentável (Fuchs et al., 2020; Bignett, 2011; Alvarenga et al., 2022).

Este trabalho é socialmente relevante porque investiga como instituições de ensino, como o IFSC, podem atuar como agentes de transformação social, promovendo inclusão e diversidade por meio de práticas de inovação social. Cientificamente, a pesquisa contribui para o entendimento de como iniciativas de extensão em instituições federais de ensino podem ser estruturadas e analisadas sob a ótica da inovação social, ampliando o conhecimento sobre o papel dessas instituições na sociedade (Mulgan, 2006). Organizacionalmente, o estudo oferece insights valiosos para o IFSC e outras instituições educacionais sobre como suas práticas de inclusão podem ser aperfeiçoadas para promover uma inovação social eficaz e duradoura.

O estudo se concentra em três projetos de extensão desenvolvidos nos campi do IFSC na Grande Florianópolis, analisando-os com base nos conceitos de inclusão e inovação social. A pesquisa busca responder à seguinte questão: como as práticas de inclusão no IFSC podem ser caracterizadas como ações de inovação social? O objetivo geral é analisar essas práticas no contexto do IFSC, considerando a instituição como um ator-chave no desenvolvimento social, cultural e ambiental de Santa Catarina (Moulaert et al., 2005; Kangerski et al., 2022).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos sobre inovação surgiram na economia, com as obras do economista Joseph Schumpeter, ao apresentar, em seu livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1912, a inovação como uma forma inédita de fazer as combinações, gerando resultado econômico (Bignetti, 2011). O termo inovação social foi redigido, pela primeira vez, no artigo de Taylor (1970), para representar uma nova maneira social de se desenvolver algo (Pacheco & Silva, 2018). Os estudos de Svensson et al. (2019) apresentam três pontos comuns que são, atualmente, demarcados pela literatura acerca da inovação social: 1) é preciso criar algo e implementá-lo; 2) a inovação social é multifacetada, possuindo diferentes tipos; e 3) a inovação social faz a diferença.

A adesão a um modelo de inovação de hélice quádrupla/quíntupla gera uma abordagem colaborativa, que pode fornecer soluções para os complexos desafios postos pela sociedade. Carayannis et al. (2019), não explicitam o motivo, apenas informam que, apesar dos numerosos estudos de caso em inovação social, um número reduzido de aplicações tem sido associado ao modelo de inovação de hélice quádrupla/quíntupla.

Nesse contexto, ressalta-se o papel das universidades, públicas ou privadas, em atuar como facilitadores no ecossistema de uma inovação social, aproveitando a capacidade de pesquisa existente nessas instituições, combinada com o fornecimento do suporte inicial necessário (Niekerk et al., 2020).

As universidades possuem papel significativo no processo de inclusão social. A inclusão social engloba, ainda, a inclusão digital (Pereira et al., 2022; Pazzeto et al. 2022), assim como as pessoas com deficiência, a população em situação de rua, a população negra, a população indígena e LGBTQIA, mulheres, idosos e outros (Marcelino et al., 2022). Filia et al. (2018) identificaram que, para ocorrer a inclusão social, são necessários os requisitos mais básicos da vida. Ainda de acordo com os achados da pesquisa realizada por Filia et al. (2018), a inclusão social é multifacetada e complexa; os fatores associados à inclusão abrangem principalmente a participação em atividades sociais, moradia adequada em um bairro seguro, emprego, educação, saúde, bem-estar, acesso a bens e serviços, além do envolvimento da comunidade.

Os estudos de Kangerski *et al.* (2022) indicam que o ponto em comum entre a inovação social, a inclusão social e a extensão é a sociedade e suas demandas. Sendo assim, os projetos de extensão representam importantes meios para promover a inclusão social, bem como a inovação social.

MÉTODO

Realiza-se este estudo partindo de uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, o estudo foi enquadrado como um estudo de caso, que visa aprofundar o conhecimento acerca do tema inovação social em instituições de ensino, adotou-se o estudo de caso de tipo descritivo e exploratório. Quanto ao horizonte temporal, esta pesquisa pode ser classificada como transversal já que a coleta e a observação dos dados foram realizada uma única vez, no período delimitado neste estudo.

O objeto de estudo escolhido são as ações de inovação social praticadas no Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC. Dos programas com ações de inclusão, optou-se, neste estudo, por analisar os projetos de extensão, tendo em vista que a inovação social parte de uma ação intencional, como é o caso desses projetos, enquanto as demais ações descritas foram institucionalizadas por lei. Segundo apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o FORPROEX (2012, p. 15), a extensão é “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Em reforço, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio previsto no artigo 207 da Constituição Federal do Brasil (1988).

Para a seleção dos projetos que seriam analisados, iniciou-se um processo por meio de uma consulta junto ao sistema integrado de gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFSC, com a finalidade de fazer a leitura da ficha de cadastro dos projetos no sistema da instituição, analisar o objetivo e o público-alvo dos projetos e, por fim, identificar as características de inclusão e inovação social, apresentadas no referencial teórico. Não sem uma explicação, decidiu-se selecionar os campi da grande Florianópolis, que compreende o Campi Florianópolis (Mauro Ramos e Continente), Campi São José, Campi Palhoça Bilíngue e Campi de Garopaba.

Essa escolha se deu, considerando que fazem parte da grande Florianópolis os campi mais antigos do IFSC. O Campi Florianópolis (Mauro Ramos) é o mais antigo campus da instituição, inaugurado em 1910. Em 1991, a instituição inaugurou a unidade de São José e, em 2007, com o processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnologia, o CEFET implantou o Campi Florianópolis- Continente.

Após a realização da análise dos projetos de extensão desenvolvidos pelo campus da grande Florianópolis, desde a ano de 2018, chegou-se a 16 projetos. Em seguida, foram realizados contatos com os coordenadores de cada projeto para averiguar a conclusão desses projetos e verificar a

disponibilidade do coordenador e de cinco alunos para serem entrevistados, além de conferir a possibilidade de acesso a documentos para consulta. Concluído esse mapeamento prévio, chegou-se aos três projetos de extensão que compõem este estudo: Projeto 1 - Processamento de doces de frutas e conservas de vegetais para pessoas com deficiência da Fundação Catarinense de Educação Especial - Campi Continente; Projeto 2 - Mulheres arteiras: artesanato, integração e geração de renda pelos princípios da economia solidária - Campi Garopaba; Projeto 3 - Muito além dos tablets: uma abordagem prática da eletrônica no contexto educacional - Campi Florianópolis.

O projeto 1 tem como objetivo ensinar e difundir técnicas de processamento de doces de frutas e conservas de vegetais para pessoas com deficiência, atendidas pela Fundação Catarinense de Educação Especial- FCEE, propiciando formação laboral e inclusão social desse público específico.

O projeto 2 tem como objetivo auxiliar na formação de uma cooperativa, em Garopaba, para integrar mulheres em situação de vulnerabilidade social, usando atividades, como artesanato, para estimular a geração de renda, tendo como base os princípios da economia solidária, visando o combate à violência contra a mulher, e promovendo a inclusão social.

O projeto 3 visa, de forma inclusiva, levar educação tecnológica à comunidade do Monte Serrat, proporcionando ao público-alvo, conhecimentos específicos, como eletrônica analógica, digital e programação. Desse modo, o projeto objetiva combater a desigualdade econômica e social existente na região, pois propõe, como princípio, educação de qualidade e gratuita.

Sendo assim, com este estudo, buscou-se analisar as práticas de inclusão como inovação social, desenvolvidas pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Para tanto foi feita a coleta de dados, executada para atender os objetivos deste estudo, conforme passa-se a discorrer. Como fonte dos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, coletando-se dados dos objetivos e subjetivos dos sujeitos. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas, tendo como informantes dois coordenadores, dois bolsistas e 10 com alunos e pais ou responsáveis de alunos participantes dos projetos de extensão. Sobre o projeto 1, como os alunos são pessoas com deficiência, optou-se por realizar as entrevistas com os pais ou responsáveis. As entrevistas seguiram um roteiro prévio, que levou em consideração a função exercida e o referencial teórico construído no início desta pesquisa. Não foi possível entrevistar os cinco alunos de cada um dos três projetos, conforme planejado, uma vez que não houve retorno em tempo hábil, dentro do período de realização da pesquisa, para agendamento de todas as entrevistas planejadas. O local onde as entrevistas aconteceram foi escolhido pelos entrevistados, dentro de um rol de possibilidades. A maioria dos entrevistados optou por videoconferência, utilizando a plataforma Google Meet. Em média, as conversas com os entrevistados duravam 15 minutos, sendo que as que foram realizadas com os coordenadores e bolsistas levaram em torno de 30 minutos. As

entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, seguido da sistematização dos dados para a análise.

O recorte geográfico constitui-se dos três projetos de extensão com maior potencial em inovação social e inclusão, nos campi do IFSC da grande Florianópolis. O recorte temporal pré-definido envolve os últimos quatro anos (2018 – 2022). No Quadro I, são apresentados os participantes das entrevistas semiestruturadas, referentes aos sete três projetos de extensão selecionados.

Quadro I - Apresentação dos entrevistados

PROJETO 1				
N	Identificação	Perfil	Roteiro	Tempo de entrevista
1	IPR1	Pais/responsável	B	12 min
2	IPR2	Pais/responsável	B	6 min 53 s
3	IPR3	Pais/responsável	B	18 min 08 s
4	IPR4	Pais/responsável	B	19 min 36 s
5	ICD	Coordenador	A	45 min 24s
PROJETO 2				
6	2AL1	Aluno	B	25 min 39s
7	2AL2	Aluno	B	22 min e 30 s
8	2BS	Bolsista	A	13 min
9	2CD	Coordenador	A	27 min 12 s
PROJETO 3				
10	3AL1	Aluno	B	6 min
11	3AL2	Aluno	B	6 min 24 s
12	3AL3	Aluno	B	8 min 37 s
13	3AL4	Aluno	B	8 min 14 s
14	2BS	Bolsista	A	15 min 16 s

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

A análise dos dados, neste estudo, teve como guia a pergunta norteadora desta pesquisa. Assim, após identificar e descrever as ações organizacionais que resultam em práticas de inclusão social, buscou-se identificar as possíveis convergências com os aspectos teóricos acerca da inovação social.

Nos documentos institucionais (relatórios de extensão e outros), realizou-se uma análise documental. Para a análise das entrevistas, neste estudo, adotou-se a análise de conteúdo de Bardin (2009), observando as três etapas: 1. pré-análise; 2. exploração do material; e 3. tratamento dos resultados, inferências e análises. Na etapa da pré-análise, foram organizados os materiais de onde foram coletados os dados; a segunda etapa consistiu na administração das técnicas no corpus; e, na última etapa, os resultados brutos foram tratados de forma a tornarem-se significativos e válidos.

De acordo com o referencial teórico, foram definidas as categorias que serviram de base para a análise dos dados coletados nas entrevistas, bem como em outros documentos. A codificação dos dados. No Quadro 2, apresentam-se os códigos elaborados a partir de definições de inovação social, levantadas no referencial teórico.

Quadro 2: Categorias das inovações sociais

Categorias	Descrição	Autores
Novas Ideias	Ideia nova, original, que não tenha precedentes	Bignetti, 2011; Cajaiba-Santana, 2014; Agostini <i>et al.</i> , 2016; Cloutier, 2003
Necessidade social	Necessidade básica que garante o bem-estar do sujeito	Moulaert <i>et al.</i> , 2005; Bignetti, 2011; Cloutier, 2003.
Transformação	Compreensão sobre os valores, motivações e propósitos, que orientam para um horizonte de transformação de forma positiva	Moulaert <i>et al.</i> , 2013; Agostini <i>et al.</i> , 2016;
Empoderamento	Aumento de consciência social, emancipação dos indivíduos, autoconfiança, sentimento de pertencimento	Cloutier, 2003; Moulaert <i>et al.</i> , 2005; Bignetti, 2011.
Bem-estar	Qualidade de vida (conforto, tranquilidade)	Cajaiba Santana, 2014, Cloutier, 2003.
Inclusão	Oferecimento de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos	Prim <i>et al.</i> , 2020; Moulaert <i>et al.</i> , 2005; Bignetti, 2011; Mazon, <i>et al.</i> , 2023.

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

As categorias, expostas no Quadro 2, foram elaboradas a partir de definições de inovação social, levantadas no referencial teórico, e serviram para a análise dos projetos de extensão com evidências de inclusão social e inovação social.

Destaca-se que, para manter o anonimato dos entrevistados, na análise das informações obtidas, foi utilizada a abreviação IXX para coordenadores e bolsistas e IXXI para alunos e pais ou responsáveis de alunos participantes dos projetos. Assim, o primeiro número indica o projeto de

extensão; as letras indicam a função, no primeiro grupo: “CD” para referir as entrevistas com os coordenadores, e “BS” para referir as entrevistas com os bolsistas; e, no segundo grupo: o termo “AL” para referir aos alunos dos projetos, e “RP” para referir aos pais/responsáveis de alunos participantes dos projetos. O segundo número corresponde à ordem das entrevistas.

RESULTADOS

A primeira característica de Inovação Social a ser aqui analisada é **novas ideias**, compreendida não necessariamente como uma ideia inédita, pois compreende também uma ideia melhorada, aprimorada. Os coordenadores dos projetos analisados, verbalizaram desconhecer iniciativas parecidas na região, estando presente, portanto, o ineditismo.

[...] eu sei que têm grupos de artesanatos, mas é de mulheres idosas que fazem. Eu até fui ver, visitar alguns antes, quando a gente começou com a ideia do Mulheres SIM, só que esses grupos são assim, mulheres com dinheiro e que são aposentadas, meio que querem passar o tempo delas. Então, elas se reúnem geralmente em salões de igreja, mas elas não têm muito interesse em discussões, em debates; elas estão ali mesmo para passar o tempo delas, conversar. Eu não conheço outro tipo de projeto. (2CD)

Essas ideias, geralmente, partiram de uma ação intencional para atingir o resultado desejado (Cajaiba-Santana, 2014; Dalbem et al., 2022); o desejo de transformar a situação vivenciada por outras pessoas. Como relatado pela coordenadora do projeto 2, o projeto “Mulheres SIM”, realizado em anos anteriores, motivou a realização do projeto Mulheres arteiras, visto que, em uma dinâmica de grupo, que propiciou a troca de experiências, surgiram vivências de violência doméstica, emergindo, assim, a necessidade de propor um projeto para combater a violência contra a mulher. Percebeu-se, desse modo, a intenção de atender uma necessidade social e melhorar a vida das pessoas (Mulgan, 2006).

Embora o ineditismo das iniciativas analisadas seja ressaltado, é importante considerar algumas críticas e contrapontos. A primeira crítica está relacionada à interpretação do conceito de "novas ideias". Embora os coordenadores dos projetos afirmem desconhecer iniciativas similares na região, o fato de não haver conhecimento prévio sobre outras iniciativas não necessariamente significa que as ideias sejam verdadeiramente inovadoras ou inéditas. Em muitos casos, projetos sociais podem ser semelhantes a outras iniciativas em diferentes contextos ou regiões, mas a falta de comunicação e troca de conhecimento entre comunidades pode levar à percepção de novidade onde há, na verdade, uma repetição ou adaptação de modelos preexistentes.

Além disso, a eficácia dessas ideias, mesmo quando consideradas novas ou aprimoradas, pode ser limitada pela ausência de uma avaliação sistemática e contínua dos resultados alcançados. Se

as iniciativas não forem monitoradas de perto quanto ao seu impacto real na comunidade e na vida das pessoas envolvidas, especialmente em relação ao combate à violência contra a mulher, há o risco de que os projetos não alcancem os objetivos desejados, apesar das boas intenções.

A crítica de que algumas iniciativas podem se concentrar em um grupo específico, como mulheres aposentadas que buscam apenas passar o tempo, aponta para a necessidade de se considerar a inclusividade e o alcance dos projetos. A inovação social deve buscar envolver e beneficiar uma ampla diversidade de pessoas, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade. Caso contrário, há o risco de perpetuar desigualdades ao invés de mitigá-las.

Nesse sentido, emerge a segunda característica de Inovação Social detectada, as **necessidades sociais**, que seria uma resposta aos problemas sociais (Mulgan, 2006; Pol; Ville, 2009), não atendidos pelo Estado e pelo mercado (Cajaiba-Santana, 2014). A necessidade de responder a uma demanda social parece ser um dos principais estímulos para o desenvolvimento das inovações, sob o aspecto de iniciativas públicas ou enfoques de movimentos sociais (Howaldt *et al.*, 2016).

Essa necessidade acontece uma vez que as estruturas existentes e as políticas estabelecidas se mostram insatisfatórias na eliminação dos problemas dos tempos atuais, como as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade, as mudanças climáticas (Pereira Ribeiro *et al.*, 2021). Os projetos de extensão analisados envolveram diferentes (distintos) públicos-alvo, contudo, todos os três foram idealizados para atender uma lacuna social.

Embora a identificação de necessidades sociais como motor para a inovação social seja reconhecida como uma característica fundamental, essa abordagem não está isenta de críticas e contrapontos. Primeiramente, a concepção de que as inovações sociais surgem para preencher lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado pode, em alguns casos, subestimar a complexidade dos problemas sociais enfrentados. A dependência de iniciativas locais ou de movimentos sociais para resolver questões que são estruturais pode levar a soluções paliativas, que tratam apenas os sintomas dos problemas, sem abordar suas causas subjacentes.

Além disso, há o risco de que as inovações sociais se tornem um substituto para a ação governamental ou de mercado, aliviando temporariamente as pressões sobre essas instituições, mas sem gerar mudanças sistêmicas. Isso pode criar uma dependência de projetos temporários, que são vulneráveis à falta de financiamento ou mudanças políticas, ao invés de promover soluções sustentáveis e de longo prazo.

Outro contraponto é que, embora os projetos de extensão analisados tenham sido idealizados para atender lacunas sociais, a eficácia dessas iniciativas depende de uma compreensão profunda das necessidades específicas das comunidades atendidas. Sem uma análise contextual detalhada e uma avaliação contínua, há o risco de que os projetos não atendam adequadamente às reais demandas da comunidade, ou que abordem necessidades percebidas de maneira superficial, sem gerar um impacto significativo a longo prazo.

A terceira característica de Inovação Social detectada na pesquisa é o **empoderamento**, termo que pode ter vários sentidos. No Brasil, o sentido mais empregado se refere ao processo

de mobilizações e práticas, que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia (Kleba & Wendausen, 2009). Dessa forma, empoderamento significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais, das relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. (Kleba & Wendausen, 2009).

O empoderamento também pode ser entendido como processos pelos quais as próprias pessoas se fortalecem, aumentam sua autonomia, se tornam independentes e protagonistas de suas vidas (Kleba & Wendausen, 2009). Nessa mesma linha, Pereira et al. (2022) ressalta que o empoderamento busca, conscientemente, romper com as relações institucionalizadas de pobreza e tirania, que privam as pessoas de suas liberdades substantivas, para constituir relações mais justas e de equidade. Pode-se perceber, nas entrevistas, que essa transformação no indivíduo, gerada pelo empoderamento, possibilita o aumento da autonomia e da liberdade, fortalecendo-o para enfrentar os obstáculos.

Essa possibilidade do projeto, essas movimentações, também movimentou comigo, movimentou o meu interno e fez as coisas que estavam aqui, na minha cabeça, começarem a sair, ir para o papel, e começarem a, afetivamente, acontecer (2AL2)
[...] é aquela coisa: eu sempre soube o que eu tinha, mas eu nunca conseguia realizar. Essa coisa me empoderou também, me mostrou que eu posso fazer e posso fazer muito bem-feito, e se o marido não gostar, que 'vai plantar batata', o problema é dele. (2AL2)

Percebeu-se, ainda, que os laços criados, o ambiente participativo e a postura acolhedora da instituição despertaram outros sentimentos, como de pertencimento. Desse modo, esses também foram fatores que contribuíram para desenvolver o empoderamento dos atores:

Com as palestras, dá um empoderamento, né [...]saber onde procurar os seus direitos também, né. Não ficar tão à mercê, né. (2BS)
É que essa rede de apoio entre mulheres é muito importante. Então, às vezes, nem é a questão das aulas, nem a questão do artesanato, mas pelo fato de ter pessoas, ter uma rede de apoio, de conversa, de desabafo, de segurança, faz ela conseguir ter uma atitude, por exemplo. (2CD)

Nas entrevistas, foi perceptível a proteção da família, apesar dos ganhos obtidos, em alguns casos, de superação. Muitos familiares demonstram receios com relação à integridade física da pessoa com deficiência e acabam cerceando este aprendizado. Esse ambiente superprotetor interfere nas relações sociais dessas pessoas e no desenvolvimento de suas potencialidades (Silva et al., 2015).

Quando ela quer pegar a faca, eu sento e ensino a pegar direitinho. Ela até gosta. [...] ela tenta mexer as panelas, mas daí eu tenho medo de ela ficar mexendo as panelas. Eu sou muito chata com esse negócio de ficar perto do fogão. Até mexe, mas mexe com cuidado, acho perigoso. (IPR1)

[...] ela chegava toda empolgada em casa, queria fazer bolo, quer fazer isso, quer fazer aquilo, mas daí a empolgação logo acaba. (IPR3)

[...] ele não conseguia descascar um dente de alho, ele não conseguia. Ele cortava, um dente já é pequeno, então não sobrava. Então eu vi que esse lado do Daniel, achei bacana. (IPR4)

Embora o empoderamento seja reconhecido como uma característica crucial da inovação social, também é importante considerar críticas e contrapontos associados a essa noção. Um ponto crítico é que o empoderamento, apesar de suas intenções positivas, pode ser dificultado ou limitado por fatores externos, como o ambiente familiar ou social. Como evidenciado nas entrevistas, a superproteção familiar pode atuar como uma barreira significativa, impedindo que os indivíduos desenvolvam plenamente suas habilidades e autonomia. A intenção de proteger, especialmente em casos de pessoas com deficiência, muitas vezes resulta em restrições que limitam a capacidade dessas pessoas de exercerem sua independência e enfrentarem desafios cotidianos.

Além disso, o conceito de empoderamento pode ser interpretado de forma ambígua ou até mesmo contraproducente em certos contextos. Por exemplo, o fortalecimento individual pode, em alguns casos, gerar conflitos dentro de ambientes familiares ou comunitários, onde as mudanças nas dinâmicas de poder não são sempre bem recebidas. Isso é evidente nos relatos que destacam a resistência ou o receio de familiares diante do aumento da autonomia dos participantes.

É também relevante destacar como contraponto a possibilidade de que os projetos focados no empoderamento possam inadvertidamente perpetuar a ideia de que a responsabilidade pela mudança social recai exclusivamente sobre os indivíduos empoderados, sem abordar adequadamente as estruturas sociais e institucionais mais amplas que mantêm a opressão e a desigualdade. Assim, enquanto os projetos podem promover a autonomia e a confiança, eles também precisam garantir que essas mudanças individuais estejam acompanhadas de um esforço coletivo para transformar as condições sociais que limitam a liberdade e o potencial de muitos.

Em meio ainda ao estudo dos projetos, emergiu a quarta característica de uma inovação social, a **transformação social**, sendo compreendida como uma transformação na sociedade. A mudança social é um fenômeno que modifica as configurações e estruturas estabelecidas dentro de uma determinada sociedade. A inovação social pode ser vista como um meio de os indivíduos conquistarem a geração de conhecimento (Dias & Partidário, 2019), a autonomia, a emancipação e o empoderamento; se tornarem protagonistas das suas histórias e, assim, alcançarem a transformação social, na medida em que transformam, de forma positiva, as relações e as dinâmicas sociais nas quais estão inseridos (Kühl, 2020).

Assim, constata-se que a finalidade de uma inovação social é a transformação social dos sujeitos envolvidos. Cloutier (2003) destaca que as mudanças sociais geradas devem ter caráter duradouro.

Em alguns contextos, a busca por mudanças amplas e duradouras pode resultar na negligência de ações mais pragmáticas que poderiam trazer benefícios diretos e imediatos às comunidades afetadas.

Embora a transformação social seja frequentemente destacada como o objetivo final das inovações sociais, é necessário considerar algumas críticas e contrapontos. Primeiramente, há o desafio de garantir que as mudanças promovidas por inovações sociais sejam verdadeiramente duradouras e profundas, em vez de superficiais ou temporárias. Embora projetos possam gerar impacto positivo nas dinâmicas sociais e na vida dos participantes, a transformação social em larga escala exige a superação de barreiras estruturais, que muitas vezes estão enraizadas em sistemas econômicos, políticos e culturais. Isso significa que, sem uma mudança nas estruturas que sustentam a desigualdade e a exclusão, as inovações sociais podem apenas arranhar a superfície dos problemas, sem realmente provocar a transformação que prometem (Cloutier, 2003).

Além disso, a transformação social promovida por inovações sociais pode enfrentar resistência significativa por parte das instituições estabelecidas, que podem sentir-se ameaçadas pelas mudanças propostas. As instituições podem, consciente ou inconscientemente, atuar para manter o status quo, limitando o alcance das inovações sociais ou neutralizando seu impacto ao longo do tempo. Além disso, a transformação social nem sempre é uniforme ou equitativa. Em alguns casos, as inovações sociais podem beneficiar certos grupos enquanto deixam outros de lado, ou até mesmo criar novas formas de desigualdade. Assim, é essencial que qualquer iniciativa de inovação social seja acompanhada por uma análise crítica contínua, para assegurar que as mudanças promovidas sejam inclusivas, abrangentes e verdadeiramente transformadoras para todos os envolvidos.

Nesse mesmo sentido, emerge a quinta característica de Inovação Social detectada na pesquisa, o **bem-estar**. A inovação social trata da busca por uma nova resposta, a fim de suprir uma necessidade social, criando interações entre os indivíduos, em busca do bem-estar coletivo (Cloutier, 2003; Moulaert *et al.*, 2005). Ações com foco em solucionar problemas sociais são capazes de transformar a realidade vivida por uma parcela da sociedade, desassistida socialmente (Prim *et al.*, 2020), visto que constituem oportunidades de melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas (Bignetti, 2011). Um dos principais objetivos da inovação social é contribuir para o bem-estar das pessoas e das comunidades onde elas estão inseridas.

Segundo Pol e Ville (2009, p. 15), “uma inovação é denominada inovação social se a nova ideia implícita tiver o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida”. O projeto proporcionou qualidade de vida aos alunos, na medida em que se perceberam capazes de desempenhar tarefas que as pessoas não acreditavam que eles pudessem desempenhar. Com supervisão dos professores, os alunos iam ao supermercado fazer a compra dos ingredientes para a produção da geleia de frutas e conserva de vegetais e vendiam os produtos confeccionados. Com a renda dos produtos vendidos, eram compradas mais matéria-prima. Os alunos relatavam grande satisfação ao produzir e vender as compotas.

A participação no projeto também propiciou uma sensação de felicidade ao sentir que se pode contribuir para uma possível transformação societária, conforme se verifica na fala da bolsista (3BS).

Ter feito a extensão me trouxe um senso de pertencimento, assim, muito grande para a sociedade. Então, eu acho que a extensão, realmente, me mudou nesse sentido, de estar contribuindo ativamente na sociedade, estar fazendo a diferença de alguma forma. (3BS)

Outro ponto importante, destacado pela mesma bolsista, é que a participação no projeto de extensão pode favorecer a inserção no mercado de trabalho. Esse diferencial no currículo é explicado por Ferreira et al. (2022), assegurando que, atualmente, as empresas procuram por profissionais que deem respostas significativas às demandas da vida contemporânea.

[...] porque eu senti que tudo que eu tenho hoje, a extensão que me deu. Assim, todas as oportunidades de emprego que eu tive, sempre veio nessa questão da extensão. Todas as empresas querem saber; por que, no Brasil, se faz pouco voluntariado. e então, quando alguém faz algum voluntariado, algum projeto nesse sentido, sempre é bem diferente, assim. (3BS)

A ênfase no bem-estar individual ou de grupos específicos pode, em alguns casos, obscurecer as desigualdades estruturais que perpetuam a falta de bem-estar em larga escala. Projetos que melhoram a qualidade de vida de participantes específicos podem, inadvertidamente, desviar a atenção de mudanças mais amplas e necessárias para combater as causas fundamentais dos problemas sociais, como a pobreza e a exclusão.

Além disso, o conceito de bem-estar é subjetivo e pode variar significativamente entre diferentes grupos sociais. O que é percebido como uma melhoria na qualidade de vida por um grupo pode não ter o mesmo impacto para outro, especialmente se as necessidades e prioridades desses grupos forem distintas. Portanto, a noção de bem-estar utilizada nas inovações sociais deve ser continuamente reavaliada para garantir que ela realmente reflita as necessidades e aspirações das comunidades envolvidas, em vez de impor uma visão unificada que pode não ser aplicável a todos.

Outro contraponto é que, embora as iniciativas de inovação social possam proporcionar melhorias imediatas no bem-estar, como a satisfação pessoal dos participantes ou a aquisição de novas habilidades, essas melhorias podem ser temporárias se não forem sustentadas por políticas e estruturas de apoio de longo prazo. Há um risco de que, ao término do projeto, os participantes possam retornar às suas condições anteriores, sem uma rede de suporte adequada para manter o bem-estar alcançado durante a intervenção. É fundamental considerar que o bem-estar alcançado através de inovações sociais, embora significativo, pode não ser suficiente para garantir a inserção sustentável dos indivíduos no mercado de trabalho ou na sociedade de maneira mais ampla. A formação adquirida através de projetos pode aumentar a empregabilidade, mas se as condições socioeconômicas externas não forem favoráveis, o impacto dessas iniciativas pode ser limitado, reforçando a importância de abordagens integradas que combinem bem-estar individual com mudanças estruturais.

Uma característica que se destaca em uma inovação social, a sexta do conjunto identificado na análise dos projetos, é a prática de **inclusão**, compreendida como um movimento educacional, social e político que defende o direito de todos os indivíduos de participarem na sociedade, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos demais (Pereira et al., 2022). Nesse sentido, Fuchs et al. (2020) afirmam que a inovação social tem por fim promover a capacitação e a inclusão de pessoas em processo de exclusão social para que se possa mudar as relações de poder e gerar mudança social. Em sentido semelhante, Bignetti (2011) reforça que inovação social se trata de um fenômeno inclusivo.

Para Mazotta e D'antino (2011), um ponto importante da inclusão social é a proximidade de uns com os outros, sua interação, viabilizando a afirmação do outro como sujeito. Essa interação pode ser percebida na fala dos entrevistados, demonstrando que os projetos propiciaram essa interação entre si, bem como com as demais pessoas. Além disso, os projetos favoreceram, também, o desenvolvimento de relações de solidariedade e de colaboração nas aulas práticas, quando, em determinados momentos, todos se ajudavam.

Ela [aluna] se desenvolveu bastante, arrumou amizade. (IPR2)

Ela [aluna] se enturmou muito bem com as pessoas. (IPR1)

[...] é eles [alunos com deficiência] perceberem que eram capazes de fazer coisa que as pessoas não acreditavam que eles poderiam fazer. E não se resume a fazer o doce, ir ao supermercado comprar as matérias-primas, fazer o produto, sair para vender. Eles vendiam tudo, gente, tudo! (ICD)

Lutz, Petrini e Souza (2022) destaca que a proposta da inclusão supõe a geração de conhecimentos, que sejam coerentes com os valores e interesses das pessoas desassistidas socialmente. Esta afirmação foi percebida na análise dos projetos, sendo que os projetos em que houve uma demanda da comunidade, alcançaram os objetivos propostos.

[...] e a questão da demanda surgiu de uma aluna. Acho que isso é bem interessante. Uma aluna de um curso aqui, que é a [...]. Ela que teve essa ideia, que tinha essas mulheres, que aqui em Garopaba tem essa rede de mulheres que querem trabalhar com artesanato, que querem fazer economia solidária e precisavam de um apoio. Então, a gente foi estruturando o projeto mais ou menos dessa forma, com aquilo que a gente já tinha feito, mas com a ideia da [...]. (2CD)

A prática de inclusão muitas vezes enfrenta barreiras significativas no contexto social e institucional em que é implementada. A inclusão pode ser dificultada por preconceitos enraizados, falta de recursos adequados e resistências institucionais que perpetuam a exclusão. Mesmo quando os projetos são bem-sucedidos em promover a inclusão em nível local, essas barreiras podem limitar o impacto em escala mais ampla, restringindo a transformação social que se busca alcançar (Lutz, Petrini & Souza, 2022).

Além disso, a inclusão promovida por projetos de inovação social pode, em alguns casos, ser superficial, criando uma impressão de progresso sem abordar as causas profundas da exclusão social. A inclusão efetiva exige não apenas a participação física das pessoas em atividades, mas também o reconhecimento genuíno de suas necessidades, vozes e contribuições. Se esses aspectos não forem plenamente integrados, há o risco de que as práticas inclusivas se tornem simbólicas, sem provocar mudanças reais nas dinâmicas de poder e nas estruturas sociais que perpetuam a marginalização (Mazotta & D'antino, 2011).

Entretanto, enquanto a inclusão busca capacitar indivíduos e grupos marginalizados, ela pode, paradoxalmente, levar a novas formas de exclusão se não for acompanhada por uma análise crítica e contínua. Por exemplo, a inclusão de certos grupos em projetos pode inadvertidamente excluir outros que não estão sendo atendidos, ou pode reforçar estereótipos e desigualdades preexistentes. A inclusão deve, portanto, ser vista como um processo dinâmico e flexível, que requer ajustes contínuos para garantir que seja verdadeiramente equitativa e eficaz.

Embora os projetos de inovação social muitas vezes consigam criar ambientes de apoio e solidariedade, a sustentabilidade dessas redes de apoio fora do contexto dos projetos é um desafio. As relações e a colaboração desenvolvidas durante o projeto podem não se manter após o término das atividades, especialmente se não houver um suporte contínuo ou uma integração adequada dessas práticas nas comunidades mais amplas. Isso sugere a necessidade de estratégias de longo prazo para garantir que os benefícios da inclusão sejam duradouros e realmente transformadores para todos os envolvidos.

Sobre o Projeto 3 - “Muito além dos tablets: uma abordagem prática da eletrônica no contexto educacional”, ele foi realizado na comunidade do Monte Serrat, que *integra uma das 16 comunidades do Maciço do Morro da Cruz*. Conforme relato da bolsista, naquele período, estava entrando a curricularização da extensão no curso, abrindo, com isso, um edital para que os alunos propusessem algum tema de extensão. Assim, o objetivo desse projeto de extensão, segundo o relatório final, era combater a desigualdade econômica existente na região.

A ideia do projeto era excelente, pois visava, também, despertar nos alunos interesse pelo curso de eletrônica, para que aqueles jovens pudessem ingressar no IFSC. A realização de um curso técnico gratuito e de qualidade poderia viabilizar a inclusão no mercado de trabalho, gerando, assim, possibilidade de melhoria na qualidade de vida. Contudo, o projeto não alcançou este objetivo, conforme se destaca nos relatos da coordenadora e dos alunos.

[...] assim, eu acredito que em partes sim, mas infelizmente a meta principal, que era de captar alunos, assim, eu acredito que não. Mas acredito que esse contexto não dependia só do projeto, sabe, tinha todo um contexto da vida deles, pessoal, assim. Mas eu acho que uma das metas era tornar o IFSC conhecido, tornar o IFSC público, porque, muitas vezes, eles acharam que o IFSC não era uma escola pública. Então, eu acho que a meta divulgação do IFSC foi boa. Mas a meta de captação de alunos, a gente não conseguiu atingir. (2BS)

É, tipo assim, veio o projeto, se eu não me engano, entre o meio e o final do ano, daí já estava no final, e quando era o outro ano que eu podia me matricular, eu acabei não coisando, eu acabei engravidando. Ai eu preferi ficar aqui que era confortável, eu já conhecia, sabe. Se eu não tivesse engravidado, talvez tivesse tentado de novo. Só que, como eu engravidei, fiquei no lugar que era mais confortável, que eu já conhecia, entendeu. (3AL3)

É importante reconhecer que a educação não pode ser vista de forma a se isolar das prioridades das famílias em vulnerabilidade social, as quais, muitas vezes, têm que escolher entre a educação/formação e as necessidades básicas.

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho está prevista na Lei n. 8.122/1990 (sobre o regime jurídico dos servidores públicos), que instituiu uma reserva de 20% de vagas entre aquelas cujas atribuições sejam compatíveis com a respectiva deficiência. O artigo 93 da Lei n. 8.213/1991 (Lei de Cotas no setor privado) determina a obrigatoriedade para empresas com, no mínimo, 100 empregados, disponibilizarem percentuais de vagas a serem preenchidas por pessoas com deficiência. Desse modo, ao mesmo tempo em que houve avanços na inclusão profissional, a inclusão de deficientes no mercado de trabalho ainda é um desafio, e a profissionalização deste público pode favorecer essa inserção.

Indagados, nas entrevistas, acerca de conhecimento sobre a temática de inovação social, os coordenadores foram unânimes em suas respostas, quanto a desconhecer a temática. Uma das coordenadoras proferiu que o referido tema não é recorrente na instituição. Assim, esses coordenadores idealizaram os projetos visando a inclusão de segmentos em vulnerabilidade social na comunidade onde estão inseridos, todavia com outras características de uma inovação social. Assim, parte-se do pressuposto que falta uma melhor compreensão de ações de inovação social dentro da instituição.

Não, sei sobre inovação, que relacionamos com tecnologia; mas inovação social anterior as nossas conversas, não. (ICD)

Não como uma explicação do que seria, falando em inovação social me vem ideia do que poderia significar. Me parece uma coisa assim inovadora, parece uma coisa simples, mas é que, realmente, eu não tenho essa visão do que seria. Geralmente coisas tecnológicas, né. Quando fala em inovação, já vem coisa tecnológica, mas daí, social! (2CD)

Então, o que eu ouvi falar foi mais de pesquisa pessoal, porque até então eu nunca tinha ouvido falar no curso, nem nada. Eu só fiquei sabendo mais disso quando a gente começou o projeto de extensão, mas bem pouco. (3BS)

Podemos compreender que o Projeto 3, intitulado “Muito além dos tablets: uma abordagem prática da eletrônica no contexto educacional”, apresenta uma proposta inovadora com o objetivo de combater a desigualdade econômica e promover a inclusão social por meio da educação

técnica. No entanto, alguns desafios e limitações emergiram durante a execução do projeto, que evidenciam a complexidade de alcançar metas ambiciosas em contextos de vulnerabilidade social.

Uma crítica pertinente é a desconexão entre as metas do projeto e a realidade vivida pelos alunos e suas famílias. Embora o projeto tenha tido o mérito de divulgar o IFSC e despertar interesse em eletrônica, ele não conseguiu superar as barreiras estruturais enfrentadas pelos jovens da comunidade do Monte Serrat, como questões econômicas, gravidez precoce e a necessidade de optar pelo que é mais imediato e confortável, em vez de uma educação técnica de longo prazo. Essa realidade evidencia que projetos educacionais, por mais bem-intencionados que sejam, precisam considerar de forma mais profunda as condições socioeconômicas e culturais dos participantes, para que possam desenhar intervenções mais eficazes e adaptadas às suas necessidades reais.

Além disso, o desconhecimento sobre o conceito de inovação social entre os coordenadores sugere uma falta de integração dessa perspectiva dentro da instituição. A inovação social, muitas vezes, é associada apenas à tecnologia, deixando de lado a importância das mudanças sociais que podem ser geradas por iniciativas educacionais e comunitárias. Essa lacuna no entendimento pode limitar a capacidade dos projetos de atingir seu pleno potencial transformador, já que a inovação social requer não apenas a introdução de novas ideias, mas também uma compreensão aprofundada dos contextos sociais e das necessidades dos beneficiários.

Já a profissionalização e a inclusão no mercado de trabalho são aspectos centrais do projeto, a execução prática revelou que alcançar esses objetivos em comunidades vulneráveis requer uma abordagem mais holística e integrada. Isso inclui o fortalecimento de políticas públicas de apoio social, a oferta de suporte contínuo e a criação de condições que permitam que os jovens priorizem sua educação sem sacrificar suas necessidades básicas. Esses pontos ressaltam a importância de uma visão crítica e reflexiva na implementação de projetos de inovação social, garantindo que eles sejam verdadeiramente inclusivos e eficazes em promover transformações sociais duradouras.

No Quadro 3, resumem-se as situações em que as características da Inovação Social puderam ser identificadas.

Quadro 3 – Quadro-Resumo das características da Inovação Social

Categoria	Situações
Novas ideias	- Ensinar técnicas de processamento de doces de frutas e conservas de vegetais para pessoas com deficiência; - Estimular a geração de renda, buscando o combate à violência contra a mulher; – Realização de oficinas/encontros para despertar o interesse dos jovens para o mundo da tecnologia e o ingresso deles no IFSC.
Necessidade social	- Formação educacional e profissional para pessoa com deficiência; - Combate à violência doméstica; - Geração de renda; - Vulnerabilidade social de jovens.
Transformação social	- Desejo e retomada dos estudos; - Geração de conhecimento; - Autonomia; - Empoderamento.

Categoria	Situações
Empoderamento	– Alunos desenvolveram autonomia e iniciativas próprias; – Sentimento de pertencimento; – Conscientização da cidadania.
Bem-estar	- Empatia; - Relacionamento interpessoal; - Acolhimento institucional; - Satisfação; - Felicidade.
Inclusão social	- Inclusão digital; - Inclusão da pessoa com deficiência; - Inclusão escolar

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS (2023).

Ao analisar as diferentes características da inovação social identificadas nos projetos estudados, é evidente que, embora cada uma dessas categorias – novas ideias, necessidades sociais, empoderamento, transformação social, bem-estar e inclusão – possa ser compreendida de maneira independente, elas estão profundamente interligadas e dependem umas das outras para promover mudanças sociais efetivas e duradouras.

A característica de novas ideias, por exemplo, não se sustenta sem uma compreensão das necessidades sociais específicas que motivam essas inovações. Inovações que emergem do desejo de solucionar problemas sociais precisam não apenas de ideias novas ou aprimoradas, mas também de uma profunda conexão com as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades envolvidas. O ineditismo dessas ideias é reforçado pela capacidade de responder a demandas reais e urgentes, e a eficácia dessas inovações está intimamente ligada à sua relevância social.

Da mesma forma, o empoderamento resultante dessas iniciativas está profundamente enraizado na capacidade das inovações sociais de transformar a realidade dos indivíduos e das comunidades. O processo de empoderamento não ocorre em um vácuo; ele é catalisado pelas mudanças sociais que surgem quando as necessidades sociais são atendidas de maneira significativa e quando as novas ideias promovem uma maior autonomia e participação ativa dos indivíduos em suas comunidades. Assim, o empoderamento é simultaneamente uma consequência e um motor da transformação social, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade.

A transformação social, por sua vez, está intrinsecamente ligada à promoção do bem-estar e à inclusão. Projetos que visam transformar as dinâmicas sociais e econômicas devem, necessariamente, buscar o bem-estar coletivo e assegurar que as oportunidades geradas sejam acessíveis a todos, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade. A inclusão, nesse contexto, não é apenas um objetivo, mas uma condição essencial para que a transformação social seja genuína e sustentável. Sem inclusão, qualquer tentativa de transformação social corre o risco de ser superficial ou, no pior dos casos, de reforçar as desigualdades existentes.

O bem-estar, como uma característica da inovação social, está, portanto, entrelaçado com todas as outras categorias. Ele é tanto um fim quanto um meio para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa. O desenvolvimento de novos projetos e ideias deve sempre considerar o impacto no bem-estar dos envolvidos, garantindo que os benefícios sejam amplamente distribuídos e que as necessidades sociais sejam atendidas de maneira eficaz e sustentável.

A prática de inclusão surge como um princípio norteador que permeia todas as dimensões da inovação social. Ela assegura que todas as vozes sejam ouvidas e que todas as pessoas, independentemente de suas circunstâncias, tenham a oportunidade de participar e se beneficiar das inovações sociais. Sem inclusão, a inovação social perde seu caráter transformador, pois exclui aqueles que mais precisam de mudanças e relega o empoderamento e a transformação a uma minoria privilegiada.

Fica evidente no estudo que ao se abordar uma análise integrada das características da inovação social revela-se que essas categorias são interdependentes e se reforçam mutuamente. Para que uma inovação social seja verdadeiramente eficaz, ela deve englobar novas ideias que atendam às necessidades sociais, promovam o empoderamento, facilitem a transformação social, melhorem o bem-estar coletivo e garantam a inclusão. Apenas assim as inovações podem gerar mudanças profundas e duradouras, capazes de transformar as estruturas sociais e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como propósito de pesquisa analisar as práticas de inclusão como ações de inovação social, desenvolvidas no/pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Para atingir o primeiro objetivo específico, realizou-se uma análise nos projetos de extensão realizados pelo IFSC nos anos de 2018 a 2021, selecionando aqueles que apresentaram práticas de inclusão social. Dentre os projetos selecionados, foram identificados aqueles com potencial para serem configurados como inovação social, em consonância com o referencial teórico, atingindo, assim, o segundo objetivo específico.

Como características de Inovação Social, foram identificadas: novas ideias, necessidades sociais, transformação social, empoderamento, bem-estar, e inclusão social. Nova ideia e necessidade social foram identificadas em todos os projetos analisados; empoderamento, transformação social, bem-estar e inclusão social foram identificados apenas nos projetos 1 e 2. No terceiro projeto analisado, nova ideia alcançou um nível excelente, pois visava despertar o curso de eletrônica nos alunos, para que estes jovens pudessem ingressar no IFSC. A realização de um curso técnico de qualidade poderia viabilizar a inclusão no mercado de trabalho e, assim, geraria possibilidade de melhoria na qualidade de vida daqueles jovens.

Contudo, o projeto não alcançou este objetivo. É importante reconhecer que a educação não pode ser vista de forma isolada, desconsiderando as prioridades das famílias em vulnerabilidade social, ou seja, os alunos tinham outras prioridades, como trabalhar, cuidar de seus filhos. Outro ponto que se considera relevante é que a comunidade não foi ouvida, para identificar a demanda naquele momento. Quando a demanda parte da comunidade, há mais possibilidades de atingir o objetivo proposto. Outro ponto, ainda, que merece destaque é que, às vezes, a exclusão pode ser escolhida e até desejável, já que as pessoas podem optar por não serem incluídas ou desejar permanecerem excluídas.

Além de apresentarem as características mencionadas, os resultados das entrevistas apontam para um crescimento pessoal dos bolsistas e dos servidores participantes do projeto, constatado por meio dos relatos de empatia, aprendizagem e bem-estar. Observou-se, nos alunos dos projetos, a autonomia, o relacionamento interpessoal, fortalecimento de laços de solidariedade e colaboração nas relações sociais, qualidade de vida, proporcionaram a inclusão digital, o desejo de retomada dos estudos.

Uma característica que se destaca em uma inovação social é a prática de inclusão. Os Institutos Federais foram criados pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha como escola de Aprendizes e Artífices, com o objetivo de proporcionar formação profissional aos jovens de classes socioeconômicas menos favorecidas, os “desvalidos da fortuna” (na fala do presidente), sendo considerada, assim, uma medida social. Logo, a instituição nasceu imbuída da missão de inclusão. A instituição vem, então, desenvolvendo ações de inclusão, ao longo da sua história. Na década de 90, foram realizadas algumas iniciativas, anterior, ainda, à conhecida lei de cotas. A transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC) em Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFETs), pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), trouxe investimento do governo federal e ampliou-se a formulação de propostas de inclusão social, propiciando a melhoria das condições de vida das pessoas em vulnerabilidade social.

Conforme o PDI de 2020-2024 (IFSC, 2020), o IFSC desenvolve programas e ações de inclusão alinhadas a demandas dos diferentes públicos atendidos. Visando atender ao público em vulnerabilidade social, o IFSC tem oferecido os seguintes programas e ações: cursos de Formação Inicial e Continuada, Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (BRASIL, 2006), Ações Afirmativas, **Núcleo de acessibilidade educacional (NAE)**, Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific), Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), e Programa de Segurança Alimentar do Estudante (PSAE).

Cabe mencionar também que as ações extensionistas podem ser importantes meios para promover a inclusão social. Nesse contexto, os Institutos Federais, a partir do reconhecimento das diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais, buscam promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, visando a melhoria da qualidade de vida de pessoas em vulnerabilidade social. A instituição tem como missão a inclusão social. Dessa forma, as práticas de inclusão nas ações de inovação social, são resultantes de uma concepção institucional, atingindo, assim, o terceiro objetivo específico.

As entrevistas apontaram que os coordenadores e os bolsistas desconheciam a temática inovação social. Os coordenadores idealizaram os projetos visando a inclusão de segmentos em vulnerabilidade social na comunidade onde estão inseridos, todavia sustentam outras características de uma inovação social. Assim, os coordenadores e os bolsistas atuam com a inclusão social, mas não a entendem como inovação social, atingindo, dessa forma, o quarto objetivo específico.

Embora o estudo tenha proporcionado uma análise abrangente das práticas de inclusão como ações de inovação social no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), é crucial reconhecer algumas limitações. Primeiramente, a pesquisa foi limitada pelo período de coleta de dados restrito e pela indisponibilidade de alguns entrevistados, o que pode ter restringido a profundidade das informações obtidas e a representatividade dos resultados. Além disso, a compreensão da temática de inovação social pelos coordenadores e bolsistas estava aquém do ideal, o que pode ter influenciado a forma como os projetos foram idealizados e implementados.

A análise revelou que, embora os projetos de extensão analisados apresentassem práticas de inclusão e atingissem vários objetivos sociais, a compreensão limitada do conceito de inovação social por parte dos participantes pode ter impactado a eficácia e o alcance desses projetos. Essa falta de compreensão sugere a necessidade de maior capacitação e conscientização sobre inovação social dentro da instituição, para que futuras iniciativas possam ser melhor planejadas e executadas com um entendimento mais claro de como as práticas de inclusão podem ser integradas como estratégias de inovação. Outra limitação observada foi a falta de envolvimento da comunidade na identificação das demandas e na formulação dos projetos, o que pode ter contribuído para a não realização de alguns objetivos, como a captação de alunos para o curso técnico de eletrônica.

Futuros estudos poderiam investigar mais detalhadamente como o envolvimento da comunidade pode influenciar o sucesso de projetos de inovação social e quais metodologias são mais eficazes para garantir que as necessidades reais da comunidade sejam adequadamente atendidas. Além disso, seria benéfico explorar a perspectiva dos próprios beneficiários das iniciativas, para entender melhor como as práticas de inclusão impactam suas vidas e como essas experiências podem ser incorporadas em futuras estratégias de inovação social. Pesquisas adicionais poderiam também analisar a implementação de práticas de inclusão social em diferentes contextos educacionais e sociais, comparando os resultados com as experiências do IFSC para identificar melhores práticas e estratégias mais eficazes.

É recomendável também que futuras pesquisas incluam uma abordagem longitudinal para avaliar o impacto a longo prazo das práticas de inovação social e inclusão, e como essas práticas influenciam o desenvolvimento contínuo de políticas e ações dentro das instituições educacionais. Assim, é possível garantir que as iniciativas de inovação social sejam sustentáveis e produzam benefícios duradouros para as comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

- Agostini, M. R., Marques, L. V & Bossle, M. B. (2016) Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. *Revista de administração Mackenzie*, 17(6), 72-101.
- Alvarenga; Nunes; Casagrande; Junges. (2022) Produção científica sobre inovação social em periódicos brasileiros de administração com alto impacto. *Métodos e Pesquisa em Administração*. V.6, n 2.
- Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5.ed. Lisboa: Edições 70.

- Bignetti, L. P. (2011) As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências sociais Unisinos*, 47(1), 03-14.
- BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de out. de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.
- BRASIL. (2008) *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- BRASIL. (2006) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, [2006]. Trabalho não publicado.
- CAJAIBA-SANTANA, G. (2014) *Social innovation: Moving the field forward*. A conceptual framework, Technol. Forecast. Soc. Change. <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>.
- Carayannis, E. G.; Grigoroudis, E; Stamati, D & Valvi, T. (2019) Social business model innovation: A quadruple/ Quintuple Helix-based social innovation ecosystem. *IEEE transactions on engineering management*, 68(1), 235-248. Doi: 10.1109/TEM.2019.2914408.
- Cloutier, J. (2003) *Qu'est-ce que l'innovation sociale?*
- Dalbem, D. M., Nunes, N. A., & Casagrande, J. L. (2022) Práticas de tecnologia social de uma associação comunitária no Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, 20(58), e11068. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11068>
- Dias, J & Partidário, M. (2019). Mind the gap: The potential Transformative capacity of social innovation. *Sustainability*, 11 doi:10.3390/sul1164465.
- Ferreira, F. E.; Aguenta, R.; Perdoná, Gabriela; Scheffer, D. M.; Soares, Thiago & Lima, M.A. (2022) Curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais. *Revista extensão e sociedade*, 13(1).
- Fília, K.; Cotton, S. M. & Jackson, H. J. (2018) What is social inclusion? A thematic analysis of professional opinion. *Psychiatric rehabilitation journal*. 41(3), 185-195.
- FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (1987) *O Plano Nacional de Extensão Universitária*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>.
- Fuchs, P.; Raulino, C.; Conceição, D.; Neiva, S.; Amorim, W., Soares, T.; Lima, M.; Lima, C. R.; Soares, J. & Guerra, J. B. (2020) Promoting sustainable development in higher education institutions: the use of the balanced scorecard as a strategic management system in support of green marketing. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. 21(7), 1477-1505.
- Howaldt, J; Domanski, D. & Kaletka, C. (2016) Social Innovation: towards a new innovation paradigm. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 20-44.
- Instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Santa. Catarina (2020). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024*. Florianópolis: IFSC. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi>.
- Kangerski, F De A.; Prim, M; Machado, A B. & Dandolini, G. A. (2022) A curricularização da extensão como oportunidade para promoção da inovação social e inclusão social. *Inc. Soc.*, 14(1), 86-97.
- Kleba, M. E. & Wendausen, A (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc*, 18(4), 733-743.
- Kühl, D. G. S. (2020) *Projetos de extensão como práticas de Inovação social em uma instituição pública de ensino*. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lutz, F.; Petrini, M.; Souza, A. C. A. (2022) A constituição de ecossistemas de empresas sociais. *Revista Reuna*. 23(3).
- Marcelino, K; Gonçalves, M; Hamerski, B & Moraes, M. (2022) Projetos de extensão e políticas de inclusão social nas universidades federais brasileiras. *Linhas Críticas*, 28. <https://doi.org/10.26512/lc28202241341>.
- Mazon, G.; Soares, T.; Birch, R.; Scheneider, J. & Guerra, J.B. (2023) Green absorptive capacity, green dynamic capabilities and green service innovation: a study in Brazilian universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. 24(4), 859-876.
- Moulaert, F.; Maccallum, D.; Hillier, J. (2013) Social innovation: Intuition, precept, concept, theory and practice. *Social Learning and Transdisciplinary Research*, 13–24.
- Moulaert, F; Martinelli, F; Swyngedouw, E & Gonzalez; S. (2005) Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969–1990.

- Mulgan, G. (2006) The process of social innovation. *Innovations*, 1(2), 145-162.
- Niekerk, L V.; Mathanga, D P.; Juban, N; Castro-Arroyave, D M. & Dina, B. (2020) Universities as catalysts of social innovation in health systems in low-and middle-income countries: a multi-country case study. *Infectious diseases of poverty*. <https://doi.org/10.1186/s40249-020-00684-5>.
- Pazetto, A. Z., Nunes, N. A., do Livramento Gonçalves, G., & de Menezes, S. B. (2022). Abordando o espectro da inovação social: uma discussão teórico-conceitual. *Ciencias da Administração*, 24(63), 89-101.
- Pacheco, A S. V. & Silva, K da V. (2018) Gestão social e inovação social organizacional: convergências e divergências teóricas. *Pensamento contemporâneo em administração*, 12(2), 88-101.
- Pereira, G., Casagrande, J., & Martins, C. (2022) Práticas de inclusão como fator de inovação social. *Cadernos Acadêmicos*, 8(1), 18–30.
- Pereira Ribeiro, J.; Berchin, I. I.; Neiva, S.; Soares, T.; Albuquerque, C., Deggau, A.; Amorim, W.; Barbosa, S.; Sechi, L. & Guerra, J.B. (2021) Food stability model: A framework to support decision-making in a context of climate change. *Sustainable Development*. 25(1), 13-24.
- Prim, M A.; Aguiar, R R. S. & Dandolini, G A. (2020) Inovação social: diferentes perspectivas para um mesmo conceito. In: *Anais CIKI*. Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação.
- Pol, E & Ville, S. (2009) Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? *The Journal of Socio-Economics*, 38, 878-885, <http://dx.doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>
- Silva, K. V.; Martins, C. & Pacheco, A. S. (2020) Desenvolvimento e educação a distância: uma análise do empreendedorismo nas cidades interioranas de Brasil e Portugal. *Revista Reuna*, 25(2).
- Silva, P N.; Prais, F G. & Silveira, A M. (2015) Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. *Ciência e saúde coletiva*, 20(8), 2549-2558.
- Svensson, P G.; Anderson, F O.; Mahoney, T Q. & HA, J.P. (2019) Antecedents and outcomes of social innovation: A global study of sport for development and peace organizations, *Sport Management Review*.
- Taylor, J B. (1970) Introducing social innovation. *The Journal of applied Behavioral Science*, 1(1).